

## Segurança Privada: a Actividade Privada ao Serviço do Interesse Público

Rogério Alves\*

### *Resumo*

Vivemos uma época de empolgante dialética entre o público e o privado. Para alguns, são conceitos basicamente e ontologicamente antagónicos, que (quase sempre) forçosamente se excluem, ou só de má vontade convivem um com o outro. Para outros tantos o público está a ganhar terreno excessivo à autonomia privada, numa era de «*big brother*» vivenciado, que não teríamos querido nem imaginado possível. Mas, em contraste, há quem peça a convocação do Estado, para áreas das quais, neste nosso mundo ocidental, havia sido proscrito. A banca será o melhor exemplo, mas está longe de ser o único. A harmonia entre os públicos (o bem público, o serviço público, o interesse público) e os privados (com a sua iniciativa, criatividade, visão e ambição), devem coexistir numa harmonia que se quer mais perfeita. A segurança privada demonstra que isso é não só possível, como é desejável e essencial. Assim cada um cumpra o seu papel.

*Palavras-chave:* serviço público, rigor, qualidade, exigência, fiscalização

---

\* Presidente da Associação de Empresas de Segurança

We live in an era of exciting dialectic between public and private. For some concepts are basically antagonistic and ontologically, that (almost always) necessarily mutually exclusive, or only grudgingly coexist with one another. For many others the public is gaining ground over the private autonomy in an era of «*big brother*» lived, we would not have wanted or imagined possible. But, in contrast, there are those who ask the convening of the State, for areas which, in our western world, had been outlawed. The panel will be the best example, but it is far from the only one. The harmony between the public (the public good, public service, public interest) and private (with their initiative, creativity, vision and ambition), must coexist in a harmony that wants more perfect. Private security demonstrates that this is not only possible, it is desirable and essential. Thus each fulfills its role.

*Keywords:* public service, accuracy, quality, requirement, supervision

Vivemos numa espécie de renascimento da dialética entre o público e o privado. Regressam, décadas depois, à nossa memória, que alguns conservamos ainda fresca, as empolgantes discussões havidas na sequência do 25 de Abril de 1974. Recordam-se? Foi já no último quarto do século passado que se nacionalizaram a banca, os seguros e muitos outros setores vitais de atividade, como se implementou, paralelamente, a reforma agrária, tudo sob a égide da celebrada apropriação coletiva dos principais meios de produção. O Estado aparecia, nessa era, como o garante do desenvolvimento, mas, sobretudo, da igualdade de todos, contra a defenestrada exploração capitalista. Foi um momento no qual, como nunca, se defendeu, com unhas e dentes, o público, o nacionalizado, que se dizia até que, por sê-lo (nacionalizado), ser nosso. Recuperar a primeira versão da atual Constituição, um exercício a todos os títulos recomendável para percebermos o nosso itinerário recente, permite-nos a visão do público no seu máximo esplendor, no que ao Portugal contemporâneo diz respeito.

Depois as coisas foram mudando, em Portugal e um pouco por todo o mundo. As teorias liberais seduziram e conheceram enorme popularidade, apoiadas em sábios, teses e ideários que, de comum, tinham uma aspiração convergente. Aspiravam que fossemos, numa espécie de escatologia, a caminho de uma fase de «menos Estado e melhor Estado». Foi esta visão que enformou o movimento de emagrecimento desta pessoa coletiva de direito público, para dar lugar a uma sociedade civil mais livre para medrar e solta para empreender. A queda do mítico Muro de Berlim e, com ela, o desmoronamento de um projeto coletivista de base marxista, selou, ou pareceu selar, definitivamente, o entusiasmo do liberalismo que, décadas depois, retomava o seu lugar na história. Mesmo alguns setores vitais e habitualmente fiéis ao monopólio do público abriram brechas ao privado. Veja-se, como simples exemplo, a prosperidade das arbitragens no que à aplicação do direito diz respeito, ganhando, sucessivamente, terreno, à justiça administrada pelos tribunais estaduais, ainda que em segmentos específicos de atividade. Digo específicos, mas sem que isso signifique menos relevantes. Refiro-o para sublinhar que, mesmo no apogeu da pujança privatística, ainda ninguém, com relevo, defendeu a utilização da justiça de contornos privados, por exemplo, na esfera penal.

Parece, assim, que o Estado tem sempre uma reserva última de funções, que, em cada momento, compete à comunidade definir. Tudo

isto, ou seja, a definição e contornos dos monopólios do Estado, nos levaria muito longe, mas não é este o momento nem o local para o fazermos. Regresso, então à tensão entre o público e o privado.

A recente crise económica, com origem em múltiplos desvarios financeiros, viabilizados pela proscrição da supervisão ou pela sua ineficácia, obrigaram a ir buscar o Estado ao baú e a trazê-lo à boca de cena. Foi isto que tornou possível a intervenção da Reserva Federal Americana, em termos que são conhecidos, na sequência da falência do Lehman Brothers, aqui tomada, simbolicamente como o momento alfa da crise. No mesmo sentido convergiu a nacionalização do Banco Português de Negócios, no nosso Portugal contemporâneo, decorridos mais de 30 anos desde a revolução de abril. Dificilmente alguém adivinharia uma ocorrência deste tipo. Dir-se-ia que após a descoberta da falsa prosperidade, feita de *subprime*, bolhas tecnológicas, génios financeiros, produtos (mal) estruturados, *swaps* e derivados, nos viramos outra vez para o Estado e lhe pedimos para arrumar a casa, salvando-nos do mal. Mas ao contrário do pai que, de acordo com as escrituras, acolheu o filho pródigo, o Estado, mesmo querendo, não pode ser tão basicamente generoso. O resultado está à vista. Mas, uma vez mais, não é este o motivo do nosso encontro. O que está em causa, recordo, é «o papel da segurança privada na segurança interna». A referência à segurança privada contida no enunciado do tema justifica, espero, as considerações prévias. Também aqui, na área da segurança, existe o público e o privado, cada um deles com a sua área bem demarcada pela lei. Irei agora, com voto de concisão máxima, abordar alguns tópicos de reflexão já localizados no perímetro temático que me é dado. Começemos pela segurança.

A segurança é um bem ao qual todos temos direito, de acordo com o que se dispõe no art.º 27/1 da Constituição da República Portuguesa (CRP). E não poderia estar em melhor companhia a consagração deste direito, inscrito, como é o caso, lado a lado com a liberdade e logo a seguir ao direito à vida e à integridade moral e física. Sendo um direito fundamental, compete ao Estado defendê-lo (cfr. o art.º 9/b) da CRP). Devendo o Estado assegurar o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos (cfr. a alínea d) do mesmo artigo), terá, também por esta via, de salvaguardar a segurança. Sem esta, muitos dos direitos não poderão, na prática, ser exercidos. A primeira pergunta que se poderia colocar seria a seguinte: deverá a segurança ser garantida, apenas,

por entidades públicas? A resposta só pode ser negativa. O Decreto-Lei 35/2004, de 21 de fevereiro (entretanto revogado), dizia no seu preâmbulo: «A atividade de segurança privada tem vindo a assumir uma inegável importância em Portugal, quer na proteção de pessoas e bens quer na prevenção e dissuasão de atos ilícitos». Trata-se da expressão fiel da realidade. Não existe nenhuma razão lógica, política ou conceptual, que determine a exclusão de entidades privadas da área da segurança. Se dúvidas houvesse, o que se concede por mera questão retórica, estariam claramente abolidas pela prática quotidiana. Não é preciso ser defensor do Estado mínimo para entender que tudo o que possa ser feito pelos privados, sem beliscar as funções capitais daquele, deve, em regra, ser permitido. Poderíamos discutir quais as áreas nas quais se justifica o tal monopólio público. Não serão muitas seguramente. Mas não é o caso desta.

A segurança privada complementa a atividade pública, exercendo, também ela, um papel chave na defesa das pessoas e dos bens. Fá-lo, basicamente, através da vigilância, humana e eletrónica, das revistas, como meio auxiliar e do transporte de valores. E fá-lo bem, como é genericamente reconhecido. Utiliza meios adequados e pessoal devidamente formado, o que constitui uma garantia de qualidade, a qual lhe é reconhecida. No Portugal do século XXI não existe, e ainda bem, quem questione esta atividade. A sociedade reconhece-a e convive muito bem com ela: nos aeroportos, nos espetáculos, nas empresas e demais espaços públicos ou privados e, igualmente, quando usa os sistemas de vigilância ou reconhece o transporte de valores. Nada disto significa usurpar espaço público. Bem pelo contrário direi: todas estas funções, de verdadeiro serviço público e ao público, são adequadas a uma prestação privada, por entidades que nascem e se desenvolvem sob baías e exigências muito exigentes (não cabendo aqui aquelas que funcionam na ilegalidade). E é aqui que se manifesta a soberania do Estado, como ocorre na generalidade das profissões reguladas. Pensemos, exemplificativamente, no exercício da advocacia ou da medicina. Tal como aí, também na segurança privada é o Estado, através da lei, quem determina as condições de acesso e permanência na atividade. O cumprimento destas normas, imposto às empresas, mas que cabe ao Estado fiscalizar, o que, infelizmente, não consegue fazer com o índice desejado de eficácia, garante aos cidadãos, beneficiários da atividade, a sua qualidade e integridade. A atividade «tem uma função subsidiária

e complementar da atividade das forças e dos serviços de segurança pública do Estado». Este é o teor parcial do art.º 1º/2 do Decreto-Lei n.º 35/2004, de 21 de fevereiro (redação que se manteve no art.º 1º/2 da Lei n.º 34/2013 de 16 de maio). Mas esta função subsidiária e complementar não lhe retira importância. Não estamos perante uma hierarquização de relevo, mas antes sobre uma organização que distribui meios, finalidades, âmbitos e prerrogativas. Como não estamos, isso seria totalmente absurdo, num quadro de competitividade, rivalidade, ou similar. A tarefa essencial é a da garantia da segurança.

O papel das forças públicas é insubstituível e intocável, sem embargo das alterações de organização que sintam. É um papel que se não questiona, obviamente. O mesmo se dirá da segurança privada. No seu espaço próprio que a lei consagra, com as entidades que a lei autoriza, com as prerrogativas que a lei concede e com os requisitos que a lei define, desenvolve uma atividade complementar, mas, igualmente, essencial. O desafio essencial do nosso tempo consiste, precisamente, em aperfeiçoar este desempenho, fiscalizando e proscREVendo quem não cumpre a lei. A par do aperfeiçoamento do desempenho é, de igual modo, essencial, prestigiar o setor, o que conseguirá concomitantemente, sem esquecer a sua marcada utilidade, que não oferece dúvidas, mas também a sua importância económica e o emprego que gera. Em tempo de crise tudo isto tem de ser olhado com particular atenção. A associação a que presido, a Associação de Empresas de Segurança, continuará a bater-se por todos estes objetivos, a bem do setor, da segurança e do país.

Nota: Comunicação apresentada na Conferência «O Futuro da Segurança», na ULHT (Auditório Agostinho da Silva), em 10 de abril de 2013.